

ATA N.º 2/2025ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA,
REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2025

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, pelas catorze horas e quinze minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal de São João da Pesqueira, por convocatória do seu Presidente, datada de vinte e dois de abril do ano corrente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Ponto 1 -** Apreciação da Atividade Municipal;
- Ponto 2 -** Análise, discussão e votação dos documentos da Prestação de Contas do Exercício de 2024;
- Ponto 3 -** Análise, discussão e votação da Proposta da 1.ª Revisão Orçamental às Grandes Opções do Plano e Orçamento;
- Ponto 4 -** Análise, discussão e votação das peças do Procedimento e o Quadro de Resumo de Financiamento do Concurso Público para a Aquisição do Serviço de Transporte Rodoviário de Passageiros na Região do Douro.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu a sessão dando as boas vindas a todos os presentes e apresentando os cumprimentos aos Membros do Executivo, na pessoa do seu Presidente, aos Membros da Assembleia e aos funcionários que participam na sessão, destacando uma especial menção ao Bruno Macedo que, entretanto, passou à situação da reforma, e que connosco colaborou durante muitos anos e ao qual desejo naturalmente boa saúde para poder gozar a sua reforma durante muitos anos.

De seguida solicitou ao 1.º Secretário para proceder à chamada dos Membros da Assembleia.

Realizada a chamada verificaram-se as ausências do Vítor Tomé, Teófilo Anjos, António Jorge Silva, João Almeida, Cláudia Martins e João Cardoso, que apresentaram justificação, bem como de Carlos Carvalho, Maria de Lourdes Costa e Ricardina Aguiar, aos quais se solicita naturalmente que apresentem justificação para a sua ausência.

Em sequência foi solicitado aos representantes da autarquia que foram eleitos para as várias Comissões e Conselhos Municipais para que informem a Assembleia sobre as reuniões realizadas e temas discutidos.

Não havendo informações a prestar, passou-se ao Período de Antes da Ordem do Dia.

O Senhor Presidente da Assembleia prosseguiu a sessão colocando à consideração da Assembleia a dispensa da leitura da Ata de Fevereiro.

Nada havendo em contrário, foi a ata colocada à apreciação dos Membros da Assembleia para eventuais propostas de alteração ou de correção. Não havendo propostas de correção ou alteração foi a ata colocada à votação da Assembleia, tendo sido provada por maioria com abstenção do Senhor Deputado Joaquim Carvalho por não ter estado presente.

O Senhor Presidente da Assembleia de seguida solicitou que fosse guardado um minuto de silêncio pelo falecimento do Papa Francisco.

Dando continuidade à sessão foi recordado pelo Presidente da Assembleia que na semana passada foi objeto de celebração a Revolução dos Cravos com realização da homenagem aos antigos combatentes e a todos quantos deram o seu contributo para que Portugal, na madrugada de 25 de Abril de 1974, se tornasse um país livre e democrático. Nunca é demais

relembrar essa data principalmente porque nos dias que correm a democracia e a liberdade se encontram ameaçadas sendo indispensável que nos unamos na sua defesa e na sua consolidação.

É evidente que os problemas que nos assolam na nossa região também necessitam da nossa união e decisão quanto ao caminho a percorrer para que a situação crítica e grave que vivemos, em termos de sobrevivência dos nossos agricultores, possa ser ultrapassada. Irá seguramente ser imprescindível que a região faça ouvir a sua voz e que se defina com determinação, mas em conjunto, uma estratégia de defesa dos interesses comuns, com medidas concretas que permitam garantir a sustentabilidade vinícola da região e dos seus agricultores.

Mais informou o Senhor Presidente da Assembleia que chegou, entretanto, à mesa uma proposta de moção para a defesa dos viticultores e para a sustentabilidade da Região Demarcada de Douro, tendo pedido ao Joaquim Carvalho que fizesse a sua leitura e à Carla Caetano que a distribuísse pelos Membros da Assembleia para que todos pudessem acompanhar a sua apresentação, tendo ainda referido que se trata de uma proposta de moção e, portanto, está aberta à discussão e à sua melhoria.

“MOÇÃO EM DEFESA DOS VITICULTORES E PELA SUSTENTABILIDADE DA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO

Considerando que:

- **O Douro - região delimitada e regulamentada mais antiga do mundo, Património da Humanidade**, que **exporta cerca de 44% do valor total das exportações portuguesas** de vinhos - **enfrenta há vários anos uma crise estrutural e evidente** de enorme gravidade, que se consubstancia fundamentalmente na redução dos quantitativos de benefício/APMG, estagnação e redução vertiginosa dos preços, e agravamento dos custos de produção;
- Em 2024, a crise no setor vitivinícola não só persistiu como atingiu proporções alarmantes. A desvalorização progressiva de um dos nossos produtos de excelência – a uva – agravou-se até ao ponto em que muitas gerações de viticultores que se têm dedicado ao cultivo da vinha, foram obrigados a deixar as suas uvas penduradas nas videiras. Esta é uma realidade dramática e inaceitável;
- Este colapso não surgiu por acaso, nem é fruto de causas imprevistas. Há muito que os viticultores têm vindo a alertar os sucessivos governos e instituições do setor para os sinais evidentes de deterioração. A queda abrupta dos preços pagos aos produtores, a ausência de medidas estruturais e o abandono progressivo da Região por parte das entidades centrais são apenas algumas das faces desta crise;
- Lamentavelmente, todos os apelos foram em vão. Assistimos ao longo dos anos a uma inércia institucional que, se não foi cúmplice, foi no mínimo negligente. Falta coragem política, visão estratégica e vontade de intervir. A Região tem sido sistematicamente esquecida pelo poder político, enquanto outros interesses, recebem atenção e apoio significativo;
- Nos últimos três anos, a situação tem-se agravado de forma contínua, marcada por sucessivas reduções na atribuição de benefício, pela entrada de vinhos e mostos importados no circuito comercial, pela deficiente fiscalização por parte do IVDP, e ainda pela ineficácia das medidas adotadas, nomeadamente a chamada 'destilação de

crise' levada a cabo nos últimos cinco anos, que em nada têm contribuído para resolver o problema. Os únicos verdadeiros prejudicados têm sido, sistematicamente, os produtores de uvas;

- Toda a conjuntura económica mundial, agravada pela decisão da aplicação de tarifas pelos EUA, teve como consequência imediata a retração das casas exportadoras, que já começaram a comunicar aos viticultores que não irão adquirir uvas na próxima vindima, rompendo uma relação económica e social histórica que sustentou o equilíbrio da fileira duriense;
- Os viticultores já iniciaram o granjeio, com elevados encargos em mão de obra, produtos fitossanitários e manutenção, sem qualquer garantia de escoamento da produção, colocando em causa o rendimento de centenas de famílias e a continuidade da atividade vitícola;
- A esmagadora maioria dos produtores da região são pequenos e médios viticultores, cuja sobrevivência depende exclusivamente da venda de uvas, sendo esta situação insustentável e de alto risco para a coesão social, a economia local e a preservação da paisagem classificada como Património Mundial;
- A ausência de uma estratégia de valorização da produção primária, aliada à desresponsabilização dos agentes comerciais, põe em risco o futuro da viticultura duriense e exige uma resposta política, técnica e social imediata;
- Para agravar ainda mais o cenário, assiste-se a uma especulação económica irresponsável de agentes movidos pela ganância. Estes introduzem vinhos e mostos a preços ainda mais baixos no mercado, distorcendo as regras da concorrência e minando a sustentabilidade da produção local. Tudo isto com a conivência, direta ou indireta, de entidades que deveriam zelar pelo equilíbrio e justiça no setor;
- É urgente uma resposta concreta, firme e imediata. A nossa Região, os nossos produtores e o nosso património vitivinícola não podem continuar a ser sacrificados por indiferença ou interesses alheios,

Pelo que se propõe que a Assembleia Municipal aprove a seguinte Moção, pedindo ao Governo que se debruce definitivamente sobre os problemas da Região, pois esta é, de facto, uma bandeira de Portugal reconhecida mundialmente pela qualidade dos seus vinhos, especialmente o Vinho do Porto, e desempenha um papel significativo na economia do país.

MOÇÃO

1. Expressar solidariedade e apoio incondicional aos viticultores do Douro, reconhecendo o seu papel insubstituível na preservação da economia rural, do património natural e da identidade regional;
2. Recomendar ao Governo e ao IVDP a implementação imediata de um plano de emergência para o setor, que inclua:
 - Medidas de compensação aos viticultores por perda de rendimento;
 - Incentivos à diversificação de destino da produção de uva;
 - Facilidade de acesso ao crédito agrícola e renegociação de dívidas;
 - Reforçar e credibilizar um plano eficaz de fiscalização cadastral e da circulação de produtos vínicos na e para a RDD.



3. Solicitar com a máxima urgência o resultado do estudo solicitado pelo Ministro da Agricultura sobre a viabilidade económica do uso exclusivo de aguardente vínica do Douro para incorporar na produção do Vinho do Porto;
4. Solicitar ao Governo que destine fundos para a Crise do Douro e nomeie uma Estrutura de Missão, com dedicação exclusiva, a qual deverá integrar a Direção da Casa do Douro, IVDP, Presidentes da CIMDouro e Conselheiros do Interprofissional, de modo a implementar medidas que ajudem a resolver a Crise, a escoar a Produção e alavancar as Vendas, nomeadamente através de um Plano de Marketing Nacional e Internacional, que estimule o consumo de Vinho do Porto;
5. A implementação da taxa turística de sustentabilidade do Douro a favor dos viticultores;
6. A implementação de medidas regionais e nacionais por forma a controlar a importação de mostos e vinhos do estrangeiro;
7. Inclusão no Observatório de Preços Agroalimentar a Uva da RDD, por forma a apurar um preço justo e digno para as uvas, antes de cada colheita anual, garantindo a sustentabilidade económica da viticultura e consequentemente a sustentabilidade social e ambiental da Região do Douro, de modo a acompanhar os custos de produção e a inflação;
8. Existência de uma taxa de lucro fixa após a venda direta do produtor no circuito comercial, por forma a incentivar o consumo e a impedir a aplicação de margens excessivas de lucro;
9. Apelar às casas exportadoras para que assumam a sua responsabilidade social e económica, garantindo contratos de compra justos, continuidade nas relações comerciais e compromisso com a sustentabilidade da cadeia de valor dos Vinhos do Porto e Douro.

A presente moção será enviada:

- Ao Sr. Presidente da República;
- Ao Governo da República;
- Ao Ministério da Agricultura;
- Ao Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto (IVDP);
- À Casa do Douro;
- À Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N);
- À Comunidade Intermunicipal do Douro (CIM Douro);
- Às Assembleias Municipais da Região Duriense;
- Aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República;
- E aos órgãos de comunicação social regional e nacional.

S. João da Pesqueira, 30 de Abril de 2025”

O Deputado Joaquim Carvalho prosseguiu a sua intervenção dizendo que comunga da mesma opinião do Sr. Presidente da Assembleia Municipal em relação às comemorações do

25 de Abril e efetivamente de toda esta problemática que estamos a viver, algo que tem que ser pensado e repensado, pois efetivamente haver estas injustiças significa que se calhar a democracia não está a ser justa para quem está a passar por estes problemas, nomeadamente no nosso caso concreto, no nosso Concelho.

De seguida o Presidente da Assembleia, agradecendo a intervenção do Sr. Deputado, colocou à Assembleia a apresentação de eventuais propostas de alteração/correção a esta moção de censura, abrindo inscrições para quem pretendesse tomar a palavra para efetuar comentários no sentido de melhorar esta proposta de moção para defesa dos interesses da região.

Foram inscritos os Deputados António Balça, Frederico Selores, Marcolina Sequeira e Tiago Silva.

O Deputado António Balça, após apresentação de cumprimentos à Mesa da Assembleia, ao Presidente do Executivo e Vereadores, aos Membros da Assembleia, bem como ao público presente, pois temos um ilustre cidadão ali na parte do público e na parte aqui da casa também, prosseguiu dizendo que também tinha uma pequena reflexão sobre o que está acontecendo na região achando que esta moção vem numa altura oportuna, pois tem que se fazer alguma coisa, porque já houve crises no Douro, mas como esta realmente não há memória.

“Já não sou propriamente uma criança, e lembro-me, estava eu a dizer ali ao Selores, que já houve anos com 70 mil pipas de produção, dizia ele que até era a produção a querer, provavelmente para subir o preço, o que era uma estratégia. Agora da maneira que está a acontecer, começou com a destruição da Casa Douro na altura, pois foi precisamente para levar os viticultores para esta situação. Não querem destilar os vinhos com uvas da região, utilizar as aguardentes, porque será? Com o pretexto de que o Vinho do Porto fica mais caro? Estávamos também a falar que aparecem garrafas de Vinho do Porto a dois euros e isso não o dignifica. Isto é o princípio da suspeita da aldrabice e é por isso que baixa o consumo do Vinho do Porto.

O nosso Vinho do Porto tem que ser feito com aguardentes e uvas exclusivas da região. Penso que seria uma das melhores coisas que poderia acontecer, pois garantia-se a origem e a qualidade dum produto de excelência e, como costuma dizer o Sr. Presidente, que tanto traz ao país. Deste modo tudo está posto em causa, tudo por interesses financeiros como muito bem diz a moção.

Portanto, acho que a moção está muito bem e vamos ter que fazer alguma coisa. Acho que nos devíamos manifestar. Já fomos a Lisboa manifestar-nos em defesa do Tribunal, penso que surtiu algum efeito porque ele está a funcionar, e acho que aqui era a mesma coisa que deveríamos fazer, antes das eleições, porque grande parte das pessoas da região iriam até Lisboa e manifestar-se em prol deste problema.”

De seguida tomou a palavra o Deputado Frederico Selores, o qual após apresentar cumprimentos ao Presidente, aos Membros da Mesa da Assembleia e ao Executivo, continuou referindo que chegando aqui hoje até dá a sensação que esta crise voltou, teve aqui um interregno e agora está a voltar novamente pois nós estávamos aqui há um ano atrás a falar exatamente dos mesmos problemas, a falar exatamente das mesmas situações. Entretanto fez-se a Vindima, uns desenrascaram-se de uma forma outros de outra, uns conseguiram vender as uvas, outros não, mas a verdade é que no pós vindima quase ninguém falou do assunto ou muito pouca gente falou do assunto, seja em televisões, seja na rádio. Agora existe uma panóplia de notícias sobre a crise no Douro, parece que a crise no Douro

começou agora em Abril vai durar até a Vindima e depois acaba, mas não acaba pois já se prolonga no mínimo desde 2019, 2020. Se formos ver, historicamente este problema atual começou não agora, não o ano passado, não há dois anos, mas já desde 2019, 2020 houve pessoas com responsabilidades no país, houve alguns deputados que falaram sobre o assunto, entretanto as coisas agravaram-se porque é notório que há um hábito de consumo e os hábitos de consumo mudam. Se é por isso que há uma quebra nas vendas de vinho, talvez não seja a questão que falou o colega Deputado Joaquim.

Em relação à restauração é evidente que tem alguma culpa nisso, pois todos nós vamos aos restaurantes e vemos que é notória a falta de venda de vinhos engarrafados, que é o que dá mais valor acrescentado ao vinho, não tenhamos dúvidas sobre isso, mas isto também passa um bocadinho pela nossa própria responsabilidade. Quantos de nós, e eu aqui reconheço a minha falta de consumo de Vinho do Porto, quantos de nós têm hábito de consumo de Vinho do Porto diariamente? Se calhar não temos, passa muito por nós também passar a palavra, defender o consumo de Vinho do Porto.

É evidente que nós quando vamos consumir alguma coisa não queremos pagar um valor exorbitante, mas eu concordo com tudo o que seja na defesa dos agricultores embora também esteja na outra parte da comercialização, e sei que esta parte também não está fácil, e quem disser o contrário está a mentir com todos os dentes que tem, só quem anda na rua é que percebe que não está famoso, e, portanto, é evidente que se nós não conseguimos escoar o produto também não o podemos receber. Agora isso não desculpa a situação de alguns comerciantes que mandam embora toda a gente, ou seja, paga o justo pelo pecador, com a desculpa de que alguns também andam a mudar de uns lados para os outros, vai toda a gente embora e isso é imoral, não é ilegal, mas é imoral.

Prosseguiu dizendo que concorda com a moção no seu todo, havendo, no entanto, um ponto ou outro que poderá ser melhorado ou poderá ser alterado, mas eu continuo a dizer que enquanto não houver uma união de toda a gente, seja da produção, da comercialização, da distribuição, da restauração, toda a gente tem responsabilidade.

Não há só um responsável neste processo, todos somos responsáveis, desde a produção, pois toda a gente sabe o que é que acontecia com os cartões de benefício que eram vendidos sem uvas, depois eram preenchidos, e de alguma forma, toda a gente sabe disso. Andamos aqui durante muitos anos a esconder, a fechar os olhos porque não queríamos olhar para esse problema e agora, enquanto não enfrentarmos esse problema de frente, com toda a gente envolvida, isto não vai lá.

Podemos fazer as moções que quisermos, podemos fazer as manifestações que quisermos, que são legítimas, e acho que também concordo com o Sr. Balça, acho que devia ser feito juntamente com todos os municípios, porque não somos só nós, o município com maior área de Vinho do Porto, que temos uma responsabilidade acrescida é verdade, mas há mais municípios que têm esse interesse e acho que deviam estar também imbuídos do mesmo espírito e juntamente com os outros municípios, através da CIM Douro, fazer uma manifestação quando o novo Governo, seja ele qual for, tomar posse.

Então aí, sim senhor, fazemos uma manifestação a sério, porque não é com manifestações de 10 e 15 pessoas que vamos ser levados a sério, mas no essencial concordo com a moção. Será mais uma moção que se calhar vai cair na gaveta de algum deputado ou de algum líder partidário, mas é um primeiro passo, e já que estamos em eleições se calhar chamar aqui

alguns líderes partidários para poder dar-lhes conta deste problema, pode ser que haja algum que venha cá e arraste as televisões para aqui.

O Presidente da Assembleia agradeceu as intervenções, tendo referido que o Deputado Frederico Selores apontou um tema que também já lhe havia passado pela cabeça e, portanto, os portugueses também podiam fazer alguma coisa pelo Douro. O Presidente John Kennedy costumava dizer aos americanos que primeiro que tudo eles têm que pensar o que é que podem fazer pelo seu país e não ao contrário, e se nós fizermos umas continhas muito simples, se cada português consumisse meia garrafa de Vinho do Porto por mês, no fim do ano eram 80 mil pipas que se esgotavam. São contas simples de fazer e se calhar daria um bom mote para se poder fazer uma propaganda sobre o Vinho do Porto, sendo que também é altura se pôr os portugueses a serem solidários com a região do Douro.

De seguida tomou a palavra a Deputada Marcolina Sequeira a qual, após apresentar cumprimentos ao Presidente e Mesa da Assembleia, ao Presidente da Câmara e aos restantes Membros da Assembleia, afirmou concordar com a moção, tendo apresentado uma proposta de alteração no ponto 6 para referir a obrigatoriedade da fixação do preço por pipa antes da colheita para que o produtor também saiba com aquilo que pode contar.

Infelizmente pensa que é o único negócio em que as uvas são vendidas sem tão pouco se saber quanto é que vão dar por elas e também para que este preço acompanhe o custo de produção da pipa e a inflação, porque também é produtora de uvas e o que acontece aos outros lhe acontece a si, pois estamos todos dentro do mesmo barco e a minha mãe há 30 anos quando vendia a pipa do vinho recebia mais do que se recebe agora.

Na altura, ela recebia em média pela pipa do vinho 200 contos e agora chegam-me a pagar, Letra B, 900 e poucos euros, portanto só para dizer que muitas vezes tapo de um lado para destapar do outro, acabo por pôr dinheiro do meu vencimento para colmatar as despesas agrícolas, por isso é que também se diz que é a arte de empobrecer alegremente, e é aquilo que nos anda a acontecer. Para acrescentar a isto, também a perda de benefício, que tem vindo a acontecer todos os anos, têm cortado cada vez mais o benefício e daqui a pouco não existe o pequeno agricultor, só tem uvas de mesa, uvas para vinho de consumo e não para o Vinho do Porto, sendo que esse corte do benefício não é colmatado com o aumento do preço do vinho, quer de mesa quer generoso e, portanto, acabamos por perder das duas maneiras.

Mais referiu que se calhar deveríamos ir mais longe, se calhar temos que ser também um bocadinho revolucionários, ir de encontro àquilo que disse o Sr. Balça, se calhar também fazer manifestações ou até medidas mais radicais, como boicotar as urnas nas próximas eleições. Quem sabe, para grandes males grandes remédios.

Tomou de seguida a palavra o Deputado Tiago Silva, que após apresentar cumprimentos a todos, disse: sendo eu Deputado desta Assembleia e Presidente de uma Adega Cooperativa, não podia deixar passar o tema em claro, e tendo em conta aquilo que se veio a passar, o problema é antigo e agudizou-se tendo sido aqui proposta, há um ano atrás, uma moção idêntica. Tenho conhecimento que, por exemplo, a Câmara da Régua, na Assembleia Municipal, também fez aprovar uma moção. O que eu temo, sinceramente, é que a nossa moção e outras idênticas vão ficar em banho-maria. Porque o ano passado não vi a Comunicação Social a dar grande destaque à moção, ninguém se pronunciou sobre ela, portanto, em termos políticos, não ouvi ninguém falar da moção. E, não estando na Comunicação Social, não ouvindo os políticos falar sobre o tema, parece que estivemos aqui a perder tempo, o que não é verdade, isto é uma questão que nos preocupa a todos.

E, portanto, sendo Conselheiro da Casa de Douro, dar-vos conta que tivemos uma reunião na semana passada, e vai haver outra dia 5 de Maio, em que foi apresentado um estudo da UTAD, realizado por uma professora que anda a estudar o Douro, e não anda a estudar ainda o Douro todo, porque os custos de produção são diferentes em Moncorvo, ou na Pesqueira ou em Mesão Frio, mas dizer que o custo de produção já chega a 1 euro e 1 cêntimo, segundo as contas dela. Portanto, como é que nós pagamos, miseravelmente, pipas de vinho a 100, 200 ou 300 euros? Portanto, na Casa de Douro, está em cima da mesa, propor ao Sr. Ministro, que nem é o Ministro em funções e que previsivelmente será eleito para a União Europeia, não é?, e estão em cima da mesa três coisas: primeira, a poda em Verde, até ao pintor, em que o agricultor poderá receber um X por aquilo que corta para o chão em cada talhão, mas para isso é preciso haver uma fiscalização para verificar quem é que cortou para o chão, e infelizmente não há fiscais. O IVDP tem três fiscais para fiscalizar uma zona que chega de Barqueiros a Barca de Alva e o Sr. Ministro também acha que andar a trabalhar o ano todo para cortar para o chão não será o mais correto; segunda, uma destilação de crise para o Douro, mais uma, quando ele anunciou no auditório da Régua que não haveria mais destilação de crise, pois tem que ser aprovada pela União Europeia. E, portanto, temos aqui um problema. As outras regiões, como o Alentejo, os Verdes, dizem ao Ministro que ele tem que gerir um país e não apenas a Região do Douro e andarmos aqui a destilar vinho que foi pago aos agricultores a 100 euros e agora quem vai destilar ainda ganha dinheiro com isso? Também me parece contraproducente. A terceira, que está em cima da mesa será o Ministério poder pagar aos agricultores um subsídio, como se fosse um subsídio do IFAP, mas isto são soluções que adiam o problema. Isto é, para o ano teríamos a mesma dificuldade.

Acresce a isto que a semana passada no Interprofissional, eu não sou conselheiro, mas estive com dois conselheiros do Interprofissional, os exportadores propuseram 68 mil pipas, mas com vontade de chegar às 70 mil, e a produção disse pois muito bem, e vou de encontro aquilo que há bocado afirmou o Deputado Selores, se calhar até aceitamos desde que o preço seja superior, desde que se consiga pagar convenientemente às pessoas, aceitamos baixar, porque eles dizem que ainda têm em stock da última vindima 10 mil pipas. E também falam na poda em Verde e nessas coisas todas, e quando se começou a falar vamos lá então fixar o preço, mas do lado da produção queremos incorporar aguardente regional na produção de Vinho do Porto, os exportadores aí já não estão de acordo porque onde se está a ganhar dinheiro no Vinho do Porto, é através da aguardente. Eles dizem que a aguardente, se for feita no Douro, vai encarecer a garrafa e que não se conseguem vender e que há mais dificuldade.

Ora, se nós queremos um produto genuíno e queremos fechar a região, porque uma das coisas que nós fomos falar a Lisboa era precisamente a fiscalização e dificultar a entrada de vinhos de fora da região, também devíamos defender que o Vinho do Porto, para ser bom, de qualidade e genuíno, devia ser feito com aguardente, com o mosto da região do mercado do Douro, para ser um produto genuíno, como é o champanhe da Região de Champanhe. Dito isto, o que é que eu acho? Concordo com a moção, que poderá ser aprimorada, mas acho que deveríamos continuar a bater na fiscalização, e quando eu digo fiscalização é o Governo, tendo apontado algumas medidas: o Governo tem que despender dinheiro e tem que criar meios, quer meios técnicos quer recursos humanos.

Não podem haver carros obsoletos que estão no IVDP que não circulam, e não podem haver, conforme disse o Ministro, 4 milhões para a agricultura para os vinhos do país, o que dará um milhão para o Douro e isso não chega sequer para São João da Pesqueira. Portanto, o

Governo, se tem vontade de nos ajudar e de despende dinheiro e de fazer aqui uma intervenção a sério no Douro, deve criar uma equipa, como há uns anos atrás houve quando o Engenheiro Sócrates era Primeiro-Ministro, que criou um grupo de trabalho para o Douro. Prosseguiu dizendo que se devia criar um grupo de trabalho e esse grupo de trabalho devia incorporar todos os autarcas da CIMDouro. Todos, porque a CIMDouro tem aqui um papel relevante, porque os autarcas representam a população que os elegeu. E, portanto, eu penso que isto, mais do que com manifestações, só lá vai com vontade política.

Nós podemos ir manifestarmo-nos para a Régua, já o fizemos o ano passado, podemos até bloquear as estradas, podemos fazer um boicote às eleições se não houver ajuda, mas se os intervenientes do terreno, que são os Presidentes de Câmara, não ajudarem, ou temos de tomar medidas drásticas e haver uma paralisação, como houve em França com os coletes amarelos, e se calhar haver sangue, ou haver uma demissão em bloco dos autarcas da CIMDouro, que é outra sugestão que pode acontecer, mas que não resolve o problema, apenas alerta o Governo, ou então temos que, para o ano, estarmos aqui a discutir exatamente os mesmos assuntos.

Porque enquanto não fiscalizarem, não cruzarem o registo da entrada de uvas nas adegas com os cartões, não fizerem o varejo das adegas com a faturação que os agricultores depois apresentam, vai continuar a haver vinho espanhol a circular. No imediato, deixo aqui uma sugestão, para ser apresentada ao Governo, que acho que é a única tábua de salvação para o Douro, neste momento, e que não passa pela destilação, não passa por subsídios, mas passa antes por o Governo, com vontade, injetar dinheiro e comprar toda a produção da Vindima do ano passado às adegas, porque as adegas não recebem o vinho porque estão cheias, porque não conseguem vender, porque há uma dificuldade nas vendas.

Então, a solução para esvaziar as adegas, é o Governo, diretamente, comprar todo o vinho às adegas, mandar destilar esse vinho para produzir aguardente, e obrigar a incorporar essa aguardente, regional, vínica, não é vitícola, que aumenta a qualidade do Vinho do Porto, pois o Vinho do Porto nas classes superiores, LBVs e Vintage é feito com aguardente regional, e obrigar a incorporar essa aguardente na vindima já deste ano, o que vai obrigar os operadores a vir ao mercado comprar uvas.

Se não for assim, depois dir-me-ão, mas isso encarece, e é preciso o tal estudo, e então vou recordar uma coisa, que até publiquei numa história, e que tem andado a circular no Facebook, que diz o seguinte: o Sr. Ministro mandou dizer que se estude e se promova a obrigatoriedade da utilização da aguardente produzida exclusivamente com uvas da nossa região na elaboração do Vinho do Porto. E pergunta-se estudar o quê? As evidências são por demais evidentes para não ser preciso estudo: Ponto 1, em média, nos últimos 10 anos, portanto de 2015 a 2024, a região colhe 240 mil pipas de vinho; Ponto 2, em média, nesse mesmo período, importou 33 mil pipas de aguardente, correspondentes à destilação de 230 mil pipas de vinho, de origem desconhecida, porque não andam aqui a destilar vinhos docs; Ponto 3, ainda em média, no mesmo período, ficaram 57 mil pipas de colheita regional por comercializar, em vinhos de origem denominada DO ou IG do Douro, portanto, denominações protegidas. Este excedente tem a ver com a importação das 33 mil pipas de aguardente, destilada com vinhos de origem desconhecida, e que deixam por comercializar as 57 mil pipas de denominação de origem, o que impede uma sadia concorrência na formação do preço da venda das uvas, que deveria ter à cabeça um preço, e concordo com o que disse a Deputada Marcolina, tem que se fixar um preço para as pessoas entregarem as uvas com um preço conhecido; Ponto 4, o uso exclusivo da aguardente regional traduz-se



num acréscimo do preço de produção do vinho generoso em 75 centimos por garrafa, conforme revela o estudo da Associação dos Exportadores de Vinho do Porto, o que corresponde a 25% do custo total de uma garrafa. Ora, não me digam que quem dá 60 euros ou 80 euros por um LBV, não vai dar mais 75 centimos. E, portanto, o uso exclusivo de matéria-prima regional na produção de DO e IG, escoaria completamente a colheita regional e reduzia a oferta em quase 50% do total acumulado atualmente para comercializar.

Dito de outra forma, se nós “aguardentarmos” o Vinho do Porto com a aguardente regional, o vinho de mesa que o Douro produz não é suficiente para obter a aguardente que o Douro necessita para 90 mil pipas de Vinho do Porto. Portanto, se houver uma redução da oferta, vai valorizar ainda mais os vinhos DOC. Assim, volto a reforçar, isto só lá vai com medidas da parte do Governo, que tem obrigatoriamente que sentar-se à mesa com um grupo de trabalho, uma nomeação para o Douro, mas que tem que ser feita. Claro que pode e deve sentar à mesma mesa a Direção da Casa do Douro e IVDP nesse grupo de trabalho, mas tem que obrigatoriamente ter à mesma mesa os Presidentes da CIMDouro, porque haver uma manifestação onde aparecem dois presidentes, isso não tem força, ou somos uma região unida, ou então andamos aqui todos desavindos, e vai começar a haver arranque de vinhas e abandono da produção e redução dos viticultores, e só vão ficar os grandes.

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia, face às anteriores intervenções conhecidas na defesa dos interesses da Região Duriense, solicitou a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, o qual afirmou que a Assembleia conhece já a sua posição sobre este assunto e o seu empenho desde sempre. Modéstia à parte, como sabem, desde há oito anos que não tenho perdido palco nenhum para falar sobre este assunto. Obviamente que não me refiro a vocês, refiro-me a outros. Agora já outros também acham que o assunto é importante, mas há oito anos muitos responsáveis políticos entendiam que não era connosco, mas ainda bem que agora também já entendem que é importante. Já sabem que eu tenho todo o empenho nesta questão.

Quero dizer-vos também que tenho reunido com alguns viticultores, também com algumas associações, que inclusivamente recentemente falei também com o Sr. Ministro e que na verdade a decisão não está fácil.

Relativamente à moção concordo, não direi na globalidade ou na generalidade, mas concordo na especialidade exatamente com tudo aquilo que os intervenientes aqui disseram. Se calhar quanto à moção, que tenha algum efeito ou não tenha efeito algum, como se diz no direito, mas em português, sem falar em latim, portanto tudo o que está a mais também não prejudica, não parece que a moção possa prejudicar nada evidentemente, mesmo que vá significar se calhar nada e, portanto, deve ser adotada e se calhar eventualmente incorporar aqui uma outra nota relativamente àquilo que foram dizendo, quer a Marcolina, o Frederico, o António Balsa e o Tiago.

Prosseguiu dizendo que está disponível para estar com os viticultores, como sei que vocês estão também, em todas as formas de luta, menos uma, claro, no que respeita ao boicote de eleições, até pelas funções que desempenho como Presidente de Câmara e vocês também, como autarcas e eleitos, também não devem, não podem participar dessas coisas, mas em todas as outras sim. Conclui afirmando que está atento, é uma das preocupações que tenho muito grande, porque felizmente outras, no que respeita a outro tipo de ações e competências que temos e que queremos fazer para o concelho, felizmente as coisas estão a andar bem, menos esta, portanto, é uma preocupação que tenho também. Portanto, devem avançar com esta moção.



Tomou a palavra o Presidente da Assembleia para agradecer as intervenções, referindo que havendo propostas para melhorar a proposta de moção que foi apresentada à Mesa, pedia aos intervenientes nesta sessão para que se juntassem à Mesa no sentido de melhorar a moção a aprovar pela Assembleia, tendo proposto que fosse realizado um intervalo para o efeito para depois se fazer uma leitura final e ser submetida à aprovação da Assembleia, o que foi aceite pela Assembleia.

Concluído o intervalo, o Presidente da Assembleia informou que a moção iria ter um número 4, no qual se solicita ao Governo que nomeie uma estrutura de missão, que deverá integrar a Direção da Casa do Douro, IVDP, Presidentes da CIMDouro e Conselheiros do Interprofissional, de modo a implementar medidas que ajudem a resolver a crise, a escoar a produção e a alavancar as vendas, nomeadamente através de um plano de marketing nacional e internacional que estimule o consumo de Vinho do Porto, e destine fundos para a crise do Douro. No ponto 6, que agora passa a 7, foi alterado parcialmente o texto, com inclusão de um observatório de preços agroalimentar no mercado do Douro, por forma a apurar um preço justo e digno para as uvas antes de cada colheita anual, garantindo a sustentabilidade económica da viticultura e consequentemente a sustentabilidade social e ambiental da Região do Douro, de modo a acompanhar os custos de produção e a inflação.

Em conclusão as alterações que foram introduzidas na moção referem-se a solicitar ao Governo que destine fundos para a crise do Douro e que nomeie uma estrutura de missão com dedicação exclusiva, de modo a implementar medidas que ajudem a resolver a crise, a escoar a produção e a alavancar as vendas, nomeadamente através de um plano de marketing nacional e internacional que estimule o consumo de Vinho do Porto. Não havendo mais propostas de alteração à moção foi esta objeto de votação pela Assembleia, tendo sido aprovada por unanimidade.

O Presidente da Assembleia lembrou que tinha solicitado aos Srs. Presidentes de Junta, numa das sessões anteriores, para que no mês de Junho a reunião da Assembleia Municipal se realizasse numa das freguesias do Concelho, naturalmente de preferência em alguma que ainda não tivesse tido oportunidade de ter lá a nossa reunião. Até ao momento não há ainda nenhuma resposta concreta, pelo que espera haja possibilidade de se definir qual a Freguesia que estará disponível e que tenha condições para nos receber na próxima sessão de junho.

Perguntou ainda se no período de antes da ordem do dia algum dos Senhores Deputados se pretendia inscrever para usar da palavra, tendo-se inscrito a Deputada Marcolina Sequeira.

A Senhora Deputada iniciou a sua intervenção referindo que ainda está muito longe a realização da Vindouro, mas não sabendo se seria viável ou não, colocava a hipótese de que nos dias dos concertos, não à noite, mas durante o dia, enquanto estivessem abertas as tendas de vinho, haver a proibição do consumo de outro tipo de bebidas. Sabe que à noite aos concertos vão muito jovens e se bebessem vinho, conforme bebem finos, andava tudo bem disposto. Mas pelo menos tentar fazer essa tentativa, uma vez que é uma feira dedicada ao vinho, estamos a passar esta crise e se todos apelamos a que haja a consciencialização também para o consumo do vinho como forma de escoamento, porque não fazer essa tentativa? E, além disso, há muitas bebidas que se podem fazer através dos derivados do vinho, os vinhos tónicos, os portos tónicos, era só uma sugestão. Vale o que vale, não sei se é possível implementar, mas há que tentar também. Se calhar no primeiro ano é capaz de haver uma certa resistência, mas depois com habituação, porque nós temos que também



De seguida tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, para prestar algumas informações sobre o que foi sendo feito de mais relevante. Relativamente à questão que a Marcolina colocou, teoricamente também diria que sim, mas é muito complicado. Para mitigar um pouco o uso de outras bebidas, a partir do segundo ano da Vindouro, foi previsto um barzinho, que até é a Capital Douro que explora, e depois um outro, com a questão dos portos tónicos, para que à noite quem quisesse ir beber um copo, de vinho não tinha, porque os bares só serviam cerveja, e assim se quiserem beber vinho à noite, durante os concertos, já podiam. Continuou referindo que também obrigaram os restaurantes a ter vinho ao copo, para motivar um bocadinho e incentivar o consumo de vinho, mas estar a proibir durante o dia a venda de cerveja, parece ser complicado. Há tanta gente que entra na tenda de vinhos e que, até por ser gratuito, essa é outra questão que se pode colocar ou não, consome lá e depois, quando quer beber a sério e matar a sede, vem cá para fora beber cerveja, mas não deixou de ir lá dentro.

De seguida referiu associar-se também aos cumprimentos que o Sr. Presidente da Assembleia deu, em nome de toda a Assembleia e de todos os deputados, ao Sr. Bruno, obviamente pela estima pessoal que tem por ele e que ele também tem por mim e por nós e, obviamente, por todo o trabalho que fez aqui na Câmara e desejar, de facto, que, como disse o Sr. Presidente, usufrua bem da reforma e que venha aqui de vez em quando, também, dar-nos novidades do que se passa lá por fora. É essa amizade e essa consideração pelo Bruno Macedo que entende que é partilhada por toda a gente.

Como disse o Sr. Presidente da Assembleia também este ano celebrámos o 25 de Abril, como homenagem, obviamente, aos antigos combatentes pelo serviço que prestaram à Pátria. Em virtude do luto nacional, algumas entidades, alguns municípios decidiram cancelar. Nós entendemos que não devíamos cancelar o evento porque, independentemente do luto, uma coisa não teria nada a ver com a outra e, portanto, não hasteámos a bandeira porque estava a meia haste, e fizemos as homenagens a quem devíamos fazer, portanto, tivemos o minuto de silêncio também. Acho que correu muito bem, como sabem, estiveram quase todos, depois tivemos a missa, tivemos o almoço que correu muito bem também e depois tivemos a atribuição das medalhas comemorativas. Este ano atribuímos medalhas para se poderem guardar, tendo sido recebidas muito bem. Finalmente o concerto, de facto, também muito bom, portanto, acho que correu tudo mesmo muito bem.

Quanto à Festa dos Saberes e Sabores, tivemos um problemazinho, que foi a chuva, mas de resto, segundo o feedback que me foram dando alguns produtores, conseguiram vender e realizar, de facto, algum dinheiro. Em Março, também, voltámos novamente com as Noites no Museu, sempre com alguns produtores, o Frederico também já lá esteve, desta vez foi com o Ariso, e eu queria apelar a todos os Deputados para que pudessem participar mais, não é crítica nenhuma, ou é, pronto, porque se coloca ali tanto esforço, o próprio produtor ver que tem ali até autarcas políticos como vocês todos, sentem-se até valorizados, não é? A Escola Profissional que também empresta, a título gratuito, todo o serviço, o vinho dos produtores acaba por ser gratuito, até o próprio acompanhamento é gratuito, e eu gostava de ver, pelo menos, desculpem lá este puxãozinho de orelhas, pronto, é com amizade, de ver os eleitos estarem mais nessas atividades, é uma vez por mês, e às vezes há pouca gente, e é uma pena mesmo.

Mais referiu também que em Março aconteceu o 57.º torneio de natação Afonso Saldanha e o Campeonato Nacional de Bossa Sénior, aqui da Zona Douro, ambos em São João de Pesqueira, e fomos também recentemente brindados com um concerto de estágio de Páscoa

da Banda de Nagoselo e das concertinas de Riodades, e também um encontro ibérico da Associação do Acordeão, com alguns grupos espanhóis de Salamanca. Também se iniciou mais um projeto da oficina de teatro do Município de São João de Pesqueira, que está já a preparar uma segunda peça de teatro, o Canto do Cisne de Tchekov, e mais uma vez estivemos presentes na Bolsa Turismo de Lisboa. Foi ainda realizada uma primeira revisão, com o SINTAP, ao Acordo Coletivo de Trabalho, com os trabalhadores do município, tendo sido acordadas duas ou três situações, entre outras, mas as principais são as faltas por nojo, no que respeita à questão do luto gestacional, que não estava previsto, e agora ficou com três dias de férias justificadas ou faltas por nojo, a uma outra questão que dizia a respeito a uma dificuldade com os piquetes, com o serviço do armazém aos fins de semana, há alguns disponíveis, outros não disponíveis, depois tiram dias porque foram trabalhar ao fim de semana e aqui a possibilidade também não estava prevista de isentar de horário quem quiser entrar nesses piquetes, isentar de horário não é trabalharem menos, é poderem trabalhar mais, para depois poderem ser compensados por isso e também ficou resolvido dar um dia de férias a quem tiver a bondade de dar sangue. Dizer também que em junho ou julho, na sequência desta geminação com Mennecy, em França, a associação Dúrios, que foi convidada por uma associação idêntica em Mennecy, vai lá participar de umas atividades. O ano passado foi a banda de Nagoselo que fez este intercâmbio. Dizer-vos também que em março e em abril atribuímos mais 10 vales de natalidade.

Entre fevereiro e março deu-se início também a outros dois projetos financiados pela União Europeia, o projeto de mãos ativas, ou seja, o Balcão da Inclusão Social e o CLDS. Quanto ao concurso para a requalificação da EN222, Bateiras a São João da Pesqueira, informar que ganhou a empresa Socorpena. Até agora não houve reclamações e, portanto, estamos todas as semanas a acompanhar este assunto, para saber quando é que a obra começa efetivamente. Dizer-vos também que a Fonte da Devesa foi objeto de requalificação, parece uma coisa pequenina, mas diz muito aos pesqueirenses, vai fazer 200 anos para o ano que vem, pois é de 1826 e que também a segunda fase do parque desportivo está em franco andamento. Hoje mesmo foi celebrado o contrato para a construção do Novo Centro Cultural, tendo o concurso sido ganho pela empresa Edibeiras, no valor aproximado de 3.900.000 Euros. A Loja do Cidadão também foi ganha pela mesma empresa, Edibeiras, mas o contrato ainda não está feito, porque ainda se está na fase da documentação.

Também teve início a requalificação do Centro de Saúde, a USF, e informar também que temos submetidas todas as candidaturas ao novo quadro comunitário 2030, que já conhecem, desde a requalificação do Centro Escolar de São João da Pesqueira, do Pavilhão Desportivo, das Piscinas Cobertas e do Ginásio, das Piscinas Descobertas, renovação de algumas ETAR e da estação elevatória em Soutelo, requalificação das ETAR de Espinhosa e Riodades, além de outras, requalificação também das infraestruturas de saneamento e águas para Pesqueira, Ervedosa, Riodades, as mais antigas, e que se encontram agora à espera de aprovação.

Também se encontra prevista a requalificação da Rua da Figueira e da Praça de Santa Maria, tendo ainda vindo a ser recebidas algumas aprovações no que respeita à Estratégia Local da Habitação para podermos, entretanto, avançar também com a construção e requalificação de casas nesse âmbito, e dizer também que estão em curso, agora já em fase de finalização os caminhos agrícolas, no âmbito daquele empréstimo que fizemos.

Têm decorrido também as reuniões do Grupo de Trabalho, do qual faço parte, sobre a questão do IMI das barragens.

Para dizer também que, na sequência daquele apagão que tivemos no outro dia, estivemos aqui em constante articulação, quer com a população civil a nível nacional quer com a E-Redes, até termos rede nos telemóveis. Finalmente informar também que do dia 1 de maio, para quem quiser dar sangue, como vem sendo habitual no pavilhão, das 9h às 13h, portanto, agradecia a quem tivesse disponibilidade para o fazer.

Não havendo mais inscrições passou-se ao Período da Ordem do Dia.

Ponto 1 - Apreciação da Atividade Municipal.

Abertas as inscrições pediu a palavra o Deputado Joaquim Carvalho, o qual iniciou a sua intervenção dizendo que mais uma vez, como disse há bocado, faço minhas as palavras do Sr. Presidente da Assembleia no referente às comemorações de 25 de abril. Em relação ao Bruno Macedo uma palavra institucional para lhe desejar que as férias vitalícias sejam boas e longas. Em relação à atividade municipal, se me é permitido fazer aqui um parêntesis, agradecer na pessoa do Sr. Presidente a intervenção que teve por causa do Dúrius quando tivemos a instalação da piscina fechada. Esse agradecimento foi feito pessoalmente, institucionalmente, mas acho que como treinador e dirigente do Dúrius, não poderia de deixar de agradecer a intervenção que fez junto da Presidente da Câmara Municipal de Penedono para que os atletas de natação pudessem continuar a fazer os seus treinos, pois tínhamos uma prova, eles sabem nadar, mas se não fossemos para a piscina nadar os resultados vinham por aí a baixo.

Mais acrescentou que relativamente ao complexo desportivo municipal ficou satisfeito com os números, o que revela uma maior utilização do ginásio, mas entende que deveria ser realizado algum alargamento e investimento em material, porque a utilização é significativa, para permitir passar das atuais 18 pessoas, máximo por hora, para 20 ou 30 porque, ainda que seja suspeito, mas fazer desporto faz bem à saúde, faz bem a todos nós. Note-se que referente à utilização deste complexo, 67,6% é parte do ginásio, depois temos, em segundo lugar, as aulas do grupo, e em terceiro lugar aparece o clube de natação, o Dúrius, que efetivamente, é o único clube desportivo que desenvolve esta modalidade de natação federada, temos a escola de natação desenvolvida pelo município, e fico satisfeito por ver estes números, e também salientar que ao Dúrius foi permitida a participação por parte da organização do circuito de Saldanha, no qual também participámos, sendo de registar, nesse dia, a afluência em número e em qualidade.

O Sr. Presidente de Câmara tomou de seguida a palavra para referir que o Sr. Deputado sabe que comunga da sua preocupação e que já lhe transmitiu que estão perspetivadas as obras nesse sentido. Depois dar outra nota também, tinha-me esquecido, que está também patente, no Museu do Vinho, uma exposição de 15 de Abril a 20 de Junho, Douro - Lugar de Encontros Felizes, para quem queira visitar, gratuita também, que me parece muito interessante, que é do António Barreto, que vocês conhecem bem, até porque é aquela pessoa que todos conhecem, que muito escreveu sobre o Douro, muito sabe sobre o Douro, e portanto, estão convidados.

Ponto 2 - Análise, discussão e votação dos documentos da Prestação de Contas do Exercício de 2024.

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo para fazer uma apresentação do ponto, tendo este referido que de acordo com as demonstrações orçamentais do relatório, o total da Receita cobrada líquida totalizou 14.610.858,90 €, sendo inferior à registada em 2023, uma vez que naquele ano foram executadas uma série de empreitadas

para encerramento do quadro comunitário Portugal 2020. Por sua vez, o Grau de Execução Financeira das Receitas Correntes atingiu 95,9% do previsto no orçamento para 2024, o que demonstra que as previsões foram efetuadas com muito rigor. No que respeita ao Grau de Execução Financeira das Receitas de Capital (66,6%), este foi inferior ao de 2023, face à referida transição de quadro comunitário, cujos projetos foram sendo preparados ao longo de 2024, para se iniciar a sua execução a partir de 2025.

No que se refere às Despesas Orçamentais, face ao elevado aumento dos preços dos bens e serviços que foi ocorrendo ao longo de 2023, cujo reflexo ocorreu nos contratos que foram celebrados para 2024, será de realçar que as Despesas com Fornecimento de Bens e Serviços aumentaram 221.473 € devido essencialmente ao aumento de gastos com eletricidade (57.871 €) e combustíveis (47.175 €). Também os gastos com ferramentas e utensílios e conservação e reparação tiveram aumentos importantes, fruto do referido. Pela positiva, será de destacar a diminuição dos gastos com transporte escolar (- 94.964 €) fruto da diminuição das compensações à operadora de transportes pelo serviço público de transportes e da aquisição do miniautocarro, que permite dar resposta a necessidades internas, evitando contratação de serviços externos.

No que se refere à taxa de execução das Grandes Opções do Plano, a mesma foi de 86,8%, sendo que no PPI foi de 78,8% e no PAM de 91,8%.

Em termos absolutos, as GOP representaram, em 2024, um total de 6.462.753 € de despesa executada, sendo 2.238.077 € referentes à execução do PPI e 4.224.012 € referentes ao PAM.

Por sua vez, em 2024, verificou-se uma grande execução nas Funções Sociais (3.270.638 €), a qual está relacionada com a realização das diversas atividades anuais do município e da disponibilização dos serviços essenciais (abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos).

Em termos de endividamento, o Passivo Exigível do Município, em 31/12/2024 era de 6.716.401 €, menos 593.519 € do que em 2023, o que significa que o endividamento total do município diminuiu neste valor. Também a Dívida Total do Município, conceito legal que está associado à capacidade legal de endividamento, era, no final de 2024, de 6.092.958 €, contrastando com o montante de 6.633.174 € alcançado em 2023, o que representa uma diminuição clara da dívida face ao ano anterior, até porque não foi necessário utilizar o valor dos empréstimos aprovados para levar a cabo os investimentos realizados em 2024.

Para além disso, é o valor da Dívida Total mais baixo desde que tomámos posse, muito inferior aos cerca de 8 milhões registados em 2017.

Este valor da Dívida Total garante ao município um valor de 4.469.791 € de margem disponível para endividamento em 2025, permitindo continuar a investir no desenvolvimento do Concelho e do bem-estar dos cidadãos.

Também, o Saldo Global efetivo em 2024 foi positivo em 627.983 €, tendo-se verificado uma recuperação de (579.541 €) em relação ao ano anterior, o que significa que, em 2024, as Receitas Correntes mais as Receitas de Capital Efetivas foram superiores às Despesas Correntes e de Capital Efetivas. Trata-se, portanto, de um excedente orçamental (superavit) alcançado em 2024 e superior ao registado em 2023.

Em relação aos gastos e rendimentos (lógica patrimonial), poderá verificar-se que no exercício de 2024, verificou-se um total de Gastos no montante de 13 526 950,24 € e de Rendimentos no valor de 14 238 551,57 €. Desta situação resultou um Resultado Líquido

positivo de 711 601,33 € que contrasta com o resultado líquido alcançado em 2023 de 310.447,17 €, verificando-se, por isso, uma melhoria nos resultados obtidos.

Face ao sumariamente exposto, verifica-se que os resultados alcançados em 2024, foram francamente muito positivos!

Assim, a esmagadora maioria dos resultados pretendidos foram alcançados, destacando-se:

1. “Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca” (988.403 €), com destaque para a realização da Vindouro 2024 (476.284 €), a pavimentação e reabilitação de caminhos agrícolas e rurais (391.570 €), execução de muros de suporte a caminhos agrícolas e rurais (73.082 €), os subsídios a associações de agricultores, de caça e pesca (45.772,21 €);
2. “Transferências entre Administrações”, observando-se uma execução total de 864.530 €, sendo que 763.246 € são relativos a transferências para as freguesias;
3. “Cultura” com 714.144 €, destacando-se a Promoção de diversas atividades culturais e recreativas, a Festa de S. João, a atribuição de subsídios a Associações Culturais e Recreativas, a Festa da Senhora do Monte, a Festa do Idoso, a organização da Festa dos Saberes e dos Sabores e Mundo Mágico de Natal (29.545 €);
1. “Educação”, onde se inclui “Ensino Não Superior” e “Serviços Auxiliares de Ensino”, com um total de execução de 574.271 €, onde se destaca o Programa de Serviços de Refeições e Prolongamento de Horário (181.614 €), Reparações e Beneficiações Gerais em Escolas (104.996 €), os Transportes Escolares (72.654 €), o Programa de Incentivo à Natalidade (42.570 €), a atribuição de bolsas de estudo (39.512 €), as refeições do Agrupamento de Escolas no âmbito do processo de descentralização (67.377 €), a Quota de Associado da ASDOURO (30.000 €) e a Oferta de livros e material escolar (27.033 €);
2. “Abastecimento de Água” com uma execução de 500.438 €, sendo que deste valor, 317.194 € referem-se ao pagamento da aquisição de água em “alta” à empresa Águas do Norte, S.A. e 179.981,78 € são referentes à aquisição de caudalímetros e sistemas de telemetria para monitorização da rede de abastecimento de água;
3. “Administração Geral” com 411.992 €, relativos principalmente a contratos de manutenção dos serviços informáticos no valor de 171.771 €, aquisição de uma Firewall no valor de 77.042 €, aquisição de mobiliário e equipamento diverso com um valor de 47.005 € e a transferência de 50.000 € para o Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia no qual o município participa (S. João da Pesqueira, Penedono, Sernancelhe);
4. “Resíduos Sólidos” registando uma execução de 344.819 €, com realce para o pagamento do serviço de Recolha seletiva, valorização e tratamento de RSU’S pela Resinorte (255.592 €), da Limpeza Urbana da Vila de S. João da Pesqueira (69.958 €) e para a lavagem de contentores (9.839 €);
5. “Saneamento” com 328.761 € de execução, sendo a maioria referente à recolha e tratamento de efluentes (241.370 €), à ampliação e reparação da rede de esgotos (25.064 €), à recolha e tratamento de lamas (26.585 €) e à aquisição de um desobstruidor e cisterna para águas residuais (23.985 €);

6. “Turismo” com 274.138 €, realçando-se a requalificação das zonas ribeirinhas com um investimento de 170.345 €, a requalificação de Miradouros (35.609 €), a participação em Feiras Temáticas (41.918 €) e a Instalação de Sanitários no Monte de S. Domingos (24.268 €);
7. “Ordenamento do Território” com 250.624 € de execução, destacando-se investimentos em Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares com um investimento de 178.649 €, referentes a trabalhos complementares relacionados com a requalificação da EN222-3, e outras obras de conservação e reparação diversas (70.100 €);
8. “Desporto Recreio e Lazer”, com uma execução de 238.230 €, sendo de destacar a atribuição de subsídios a Associações desportivas e recreativas (72.660 €), requalificação da piscina descoberta (51.181 €) e a Beneficiação de infraestruturas e instalações desportivas e recreativas (94.926 €);
9. “Transportes Rodoviários” (233.171 €), com realce para a pavimentação de arruamentos em diversas freguesias (217.586 €);
10. “Habitação” com 153.620 € de execução, destacando-se a aquisição de terrenos para fins habitacionais 120.913 € e apoio à beneficiação de habitações de famílias carenciadas (32.707 €).

Da mesma forma, estão previstos e em andamento para 2025, fruto da sua preparação em 2024, grandes investimentos para o Concelho, como o novo Pavilhão Multiusos, a Loja do Cidadão, estes dois já em processo de contratação, bem como outros estruturantes que, mesmo não sendo da nossa competência, como é o caso da requalificação da EN 222 (Bateiras-S. João da Pesqueira) e a Unidade de Cuidados Continuados, são estruturantes para o Concelho e serão uma realidade para a qual muito trabalhamos politicamente ao longo dos últimos anos.

Estamos, também, a aguardar a aprovação da candidatura, já submetida em 2024, para a requalificação do edifício da Escola EB 2,3 de S. João da Pesqueira, bem como doutros investimentos estratégicos para o Concelho e, em particular, para dar resposta às necessidades das freguesias, designadamente infraestruturas de saneamento e abastecimento de águas e requalificações diversas em edifícios públicos.

Julgo, assim, que face aos resultados consistentes que vimos apresentando, este executivo merece a confiança para continuar a trabalhar, pelas provas dadas com estes resultados alcançados, sabendo que, como sempre, estamos comprometidos com o investimento no Concelho, bem como no apoio à economia e às pessoas, designadamente no que concerne à pressão pública e política para a adoção de políticas públicas que visem ultrapassar a grave situação económica que se vive no Douro, defendendo assim os interesses das pessoas e do concelho, como sempre fizemos desde o primeiro dia.

Não havendo inscrições o ponto foi colocado à votação da Assembleia tendo sido aprovado por unanimidade.

Sobre a Informação do Auditor Externo relativa à Situação Económica e Financeira do Município referente a 31 de Dezembro de 2024, não houve também qualquer inscrição dos Membros da Assembleia.

Ponto 3 - Análise, discussão e votação da Proposta da 1.ª Revisão Orçamental às Grandes Opções do Plano e Orçamento.

O Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Presidente do Executivo para que este fizesse uma apresentação deste ponto, tendo informado que o que se pretende com esta alteração é a integração do saldo de gerência do ano anterior para este ano e que seja colocado na rubrica de Aquisição de Bens de Armazém e Museus.

Mais acrescentou um agradecimento à Assembleia por ter votado a Prestação de Contas por unanimidade pois o reconhecimento dá-nos mais motivação para trabalharmos ainda melhor.

Não havendo inscrições o ponto foi colocado à votação da Assembleia tendo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 4 - Análise, discussão e votação das peças do Procedimento e o Quadro de Resumo de Financiamento do Concurso Público para a Aquisição do Serviço de Transporte Rodoviário de Passageiros na Região do Douro.

O Senhor Presidente do Executivo informou que este ponto é igual para todos os municípios da CIMDouro para contratação de transportes.

Não havendo inscrições o ponto foi colocado à votação da Assembleia tendo sido aprovado por unanimidade.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia solicitou ao Plenário a aprovação em minuta dos pontos 2, 3 e 4 a fim de terem eficácia externa, o que foi aprovado por unanimidade.

ENCERRAMENTO

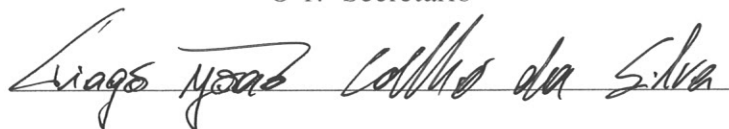
O Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião às dezasseis horas e cinco minutos, agradecendo a presença de todos e que regressem a casa em paz. Relembrou que, quem necessitasse de justificação de falta, se deveria dirigir à Mesa.

Dos trabalhos em agenda foi lavrada a presente ata que, depois de lida, foi colocada a votação e aprovada por unanimidade e irá ser assinada pelos Membros que compuseram a Mesa e a redigiram.

O Presidente da Assembleia Municipal



O 1.º Secretário



O 2.º Secretário

